



**Passadas as eleições, as massas continuam sofrendo com o desemprego, a inflação, e o ataque aos direitos**

## **OS GOVERNANTES NÃO CUMPRIRÃO SUAS PROMESSAS**

**Organizar as lutas pelas reivindicações, com os métodos próprios do proletariado**

 Com o fim das eleições, todas as promessas, feitas por candidatos da “esquerda” ou da “direita” se desfazem. Sobram, novamente, os problemas, com a moradia, a educação, a saúde, a infraestrutura das cidades, a falta de empregos dignos, os baixos salários, a carestia de vida.

Esses problemas permanecem porque as eleições não são o campo próprio de luta dos trabalhadores. Elas são o campo próprio de disputa das frações burguesas, servem aos diferentes setores capitalistas, nacionais e internacionais. Os problemas da maioria nacional explorada continuam, e só podem ser levantados e resolvidos por essa mesma maioria.

Para o próximo período, os governos pretendem continuar com as privatizações, como as que vêm ocorrendo no estado de São Paulo, ou com a retirada de direitos, como

a que o governo federal quer executar, com a diminuição de beneficiários do Benefício de Prestação Continuada. Mudanças no seguro-desemprego e nos pisos da Educação e da Saúde já estão sendo apresentadas, e podem significar novos ataques.

A classe operária e o conjunto dos trabalhadores precisam partir de suas reivindicações elementares e gerais: a defesa dos empregos, dos salários e dos direitos, por meio dos métodos próprios da classe (as assembleias, as mobilizações, atos de rua, bloqueios, greves parciais e gerais).

Passadas as eleições, precisamos resgatar a nossa independência de classe, colocando as reivindicações e a luta nas ruas. Só assim poderemos ajudar o conjunto da população a superar as ilusões nas eleições, acreditando em suas próprias forças para resolver seus problemas mais sentidos e elementares. ●

## **Governo federal pretende mexer nas regras do seguro-desemprego**

 Depois de anunciar mudanças no Benefício de Prestação Continuada (BPC), para cortar mais de 600 mil beneficiários, o governo Lula quer agora apresentar um projeto para mudar os critérios para receber as parcelas do seguro-desemprego.

A ideia é que, quanto maior for o pagamento pelos empregadores da multa de 40% do FGTS, menor será o valor do seguro-desemprego pago pelo governo. Algumas centrais sindicais já se colocaram contra a possibilidade de mudança, exceto a CUT, governista.

O objetivo é diminuir os gastos com esse direito social. Em 2023, foram gastos R\$ 47,7 bilhões e, em

2024, está previsto o gasto de R\$ 52,1 bilhões. O governo pretende diminuir os gastos públicos para 2025, entre R\$ 30 e 50 bilhões, para manter as metas do Arcabouço Fiscal, que objetiva cortar gastos para pagar os parasitas da dívida pública, e pretende atacar esse e outros direitos sociais e trabalhistas.

Assim como com outros cortes e bloqueios orçamentários, a política do governo é contra o conjunto dos trabalhadores e a maioria nacional explorada. Enquanto mantém subsídios ao agronegócio (Plano Safra) e a frações do capital industrial e comercial (desoneração da folha de pagamento), também garante fatias

maiores do orçamento para o capital financeiro e os grandes bancos, e ataca os serviços públicos e os direitos sociais.

É preciso levantar um movimento nacional em defesa dos direitos, dos empregos e dos salários. Esse movimento se choca com os governos e com as direções sindicais, que buscam colaborar com os patrões e os governos. E arrancará as reivindicações do governo, a partir de nossos métodos próprios de luta. ●

**Abaixo as reformas trabalhistas e previdenciárias!**  
**Abaixo a retirada de direitos sociais e trabalhistas!**

# **Burocratas acobertam a queda real dos salários para defender o governo Lula, que aplica a mesma política da direita**

 As direções metalúrgicas da CUT festejaram os 4,95% (em média) de aumento salarial para 90% da categoria metalúrgica. Dizem que houve uma alta de 1,2% acima do INPC (4,42%) incluído no aumento. Entretanto, essas mesmas direções vinham fazendo acordos de aumentos não superiores a 1%, desde 2014 até 2022. Por exemplo, em 2022 o “salário médio” teve uma alta de 2,4%, mas a inflação foi de 9%. E isso sem falar que, desde 2014 até 2022, os preços dos produtos de consumo e serviços aumentaram 79,17%, o que refletiu em uma brutal queda do poder de compra do salário real, de 44,19% (7,9% por ano).

A burocracia sindical se negou a organizar a luta coletiva para impedir esse retrocesso e, desta forma, impor aos governos a recuperação de tudo o que perdemos. O governo de Lula continuou e aprofundou a reforma previdenciária e trabalhista, e aumentou o repasse de subsídios ao patronato. Se, de um lado, neste ano, o patronato paga 1,2% acima da inflação de 2024, de outro, reduziu seus custos trabalhistas, e ampliou as margens de lucro. Deu agora uma migalha do que foi arrancado aos operários durante anos. É parte desses ataques, a destruição de direitos pelos PDVs e a terceirização, que não garantem emprego a todos.

A burocracia abandonou a defesa da escala móvel de reajuste dos salários (o que chamava de “gatilho salarial”), que responde ao aumento dos preços dos últimos anos com o reajuste correspondente dos salários, isto para defender o governo burguês, que ataca os pobres e miseráveis, para dar aos ricos empresários. O mesmo fez com a bandeira de “a trabalho igual, salário e direitos iguais” para todos. Essas bandeiras serão defendidas por uma oposição revolucionária ao governo burguês, que ajudará as bases a romperem com as manobras dos burocratas, que defendem o governo e não os trabalhadores. ●

## **Aprovada a PEC 66/23 que confisca os aposentados Derrubar a “PEC da morte” com a luta de classes!**

As burocracias sindicais estão a festejar a retirada do artigo 40º (e incisos relacionados) e artigo 3º da PEC 66/23 que obrigava os estados e municípios a adotarem a reforma previdenciária (EC 103/19). Mas, essa será aplicada com ou sem obrigatoriedade porque é política de todos os governos avançar aos confiscos das aposentadorias (a exemplo dos 14% confiscado aos servidores da prefeitura de SP), porque constitui uma peça-chave da política de arrancar mais dos trabalhadores para entregar aos banqueiros e empresários. O Arcabouço Fiscal do governo Lula é o marco que permite avançar a esses ataques.

O objetivo do governo ao retirar o Artigo 40º e o Artigo 3º é o de se desresponsabilizar dos ataques que farão os governos estaduais e municipais, e, ao mesmo tempo, favorecer a aplicação do confisco de salários e aposentadorias aprovado pelo governo federal ao isolar e dividir as lutas, deixando cada direção sindical e categoria se virar sem uma luta unificada nacionalmente contra mais esse ataque.

Se as contrarreformas e ataques aos assalariados e aposentados avançam é devido à colaboração de classes e às traições da burocracia que levam aos trabalhadores a se afundarem na pressão parlamentar ao invés de organizar a luta direta em defesa de direitos e das reivindicações mais sentidas. Essa defesa só pode ser feita passando por cima das manobras dos burocratas e recuperando as organizações de massas para combater a burguesia e os governos com independência de classe e a luta de classes. ●

## **Um ano de genocídio na Palestina, um ano de resistência**

Em 7 de outubro, completou-se um ano da nova fase do genocídio palestino. Estima-se que os palestinos mortos sejam 180 mil. Israel promove o holocausto e a limpeza étnica, para roubar as terras e os recursos naturais. O povo palestino suporta os massacres porque está decidido a defender sua terra sem medo de morrer, demonstrando sua inquebrantável vontade de vencer e impedir que sejam apagados do mapa.

As massas mundiais querem a vitória dos palestinos, e se chocam com seus governos, que continuam financiando e armindo os sionistas, apesar de sofrerem a repressão dos governos e as traições das direções sindicais, que freiam e impedem sua unificação para impor a ruptura de relações com Israel.

Para dar passos em direção à vitória dos palestinos, e abrir caminho à luta revolucionária, as massas têm de travar uma guerra total contra os opressores e carniceiros em todos os países. Os explorados do mundo todo devem organizar greves, bloqueios, boicotes e manifestações, que paralisem a indústria bélica imperialista, e cortem o fornecimento das exportações para Israel. A vitória dos palestinos abrirá caminho para sua libertação e para o enfraquecimento do imperialismo, favorecendo a luta revolucionária mundial.

A Palestina Una e socialista somente pode transformar-se em programa e ação prática a partir da luta das massas pela sua libertação, que destruirá o Estado sionista, sobre cujos escombros se erguerá um Estado operário, que acabará com a opressão de classe e nacional. ●